

**PLANO DE ENSINO - DEP DIRGV**

<b>NOME DA DISCIPLINA</b> Direito Urbanístico	<b>CÓDIGO</b> DIR053GV
<b>EMENTA</b> Direito Urbanístico: Autonomia, surgimento e objeto. Fundamentos constitucionais da regulação urbana. Urbanização brasileira e o Plano Diretor sustentável e participativo. Estatuto da Cidade e instrumentos de política urbana. Políticas de regularização fundiária e a ocupação jurídica do solo. Poder local e controle urbanístico. Tutela da Ordem Urbanística como direito difuso.	
<b>PROGRAMA</b>  <b>1 Direito Urbanístico: Autonomia, surgimento e objeto</b> 1.1 Delimitação do objeto do Direito Urbanístico e surgimento como disciplina autônoma 1.2 Princípios do Direito Urbanístico <b>2 Fundamentos constitucionais da regulação urbana</b> 2.1 O direito fundamental à cidade 2.2 Política Urbana na Ordem Econômica 2.3 Instrumentos constitucionais para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade: Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; Desapropriação para fins de reforma urbana <b>3 Urbanização brasileira e o Plano Diretor sustentável e participativo</b> 3.1 O processo de urbanização brasileira no Século XX 3.2 Plano Diretor: Importância, características, objetivos e hipóteses de obrigatoriedade 3.3 Plano diretor e política de desenvolvimento urbano: sustentabilidade, participação popular e processo legislativo <b>4 Estatuto da Cidade e instrumentos de política urbana</b> 4.1 Instrumentos gerais de política urbana no Estatuto da Cidade 4.2 Outorga onerosa do direito de construir 4.3 Direito de Superfície 4.4 Direito de Perempção 4.5 Operações urbanas consorciadas 4.6 Estudo de Impacto de Vizinhança <b>5 Poder local e controle urbanístico</b> 5.1 Licenciamento urbanístico 5.2 Poder de polícia no controle de uso e ocupação do solo urbano: desmembramentos e loteamentos 5.3 Loteamentos fechados 5.4 Gestão Democrática: Conselhos de Política Urbana, Audiências e Conferências Públicas <b>6 Políticas de regularização fundiária e a ocupação jurídica do solo</b> 6.1 Direito à moradia e direito à habitação na ocupação do solo urbano 6.2 Assentamentos informais e exclusão social em aglomerados urbanos 6.3 Instrumentos de regularização fundiária: Zonas Especiais de Interesse Social; Usucapião especial de imóvel urbano; Concessão de uso especial para fins de moradia;	

Legitimação de Posse

**7 Tutela da Ordem Urbanística como direito difuso**

7.1 Interesses difusos e coletivos na ordem urbanística: tutela do meio ambiente urbano

7.2 Ação Civil Pública e Ação Popular como instrumentos de defesa

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CONDESSO, Fernando dos Reis; CONDESSO, Ricardo Azevedo. **Direito do Urbanismo e do Ambiente**. Lisboa; São Paulo: Almedina, 2020.

MUKAI, Toshio. **Estatuto da Cidade**: Anotações à Lei 10.257/2001. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida. **Regularização Fundiária**: Lei 13.465/2017. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**; São Paulo: Malheiros, 2006.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BORDALO, Rodrigo. **Direito Urbanístico**. Coleção Método Essencial. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. 5. ed., rev., ampl. e atual. Curitiba: Atlas, 2013.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana Di Cesare Marques. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**: Desenvolvimento Sustentável num planeta urbano. Porto Alegre, Bookman, 2012.

RECH, Adir Ubaldio; RECH, Adivaldo; ALMEIDA, Juliana Cainelli de; RAVANELO, Tamires. **Direito Urbanístico-Ambiental**: uma visão epistêmica. Porto Alegre: Editora Educ, 2019.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

**01 Às coordenações respectivas:**

Aprovado em reunião de Departamento  
em     /     /

Chefe de Departamento